

15 SET 1987

A Constituinte e o mercado persa *amc p.3*

JOSÉ ARBEX

Diga a eles que, por uma questão de honra, quem se considerar meu amigo deve votar no presidencialismo. Este foi o "recado" que o presidente José Sarney enviou, sábado passado, aos "parlamentaristas", através do líder do PFL na Constituinte, deputado José Lourenço (BA). O presidente considera, assim, que a eleição de um sistema de governo para o país depende de relações de "amizade" e "honra", no mais puro estilo do coronelismo que, de resto, é a marca registrada da história do Brasil. Coronelismo que, como foi amplamente noticiado na última semana, coloca em leilão cargos —prometidos aos melhores "amigos"— como a presidência da Caixa Econômica Federal, do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal, da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste e, mesmo, a Embaixada do Brasil na França.

As negociatas em torno do sistema de governo proliferam descontroladamente, e já viraram motivo de

escárnio público. Os nomes "parlamentaristas" e "presidencialistas" servem apenas para designar interesses próprios de grupos ou facções que lutam em benefício próprio, imediato, sem qualquer preocupação maior com a construção de instituições democráticas e apropriadas ao desenvolvimento da nação.

São "presidencialistas", por exemplo, os que se perfilam na "entourage" de Sarney, ou os que, como Ulysses Guimarães, alimentam ambições desmedidas de poder. E, neste caso, o fisiologismo cria uma aparentemente estranha unidade entre "conservadores" (a começar do próprio Sarney) e a "esquerda" (PT e PDT). São "parlamentaristas" os que, hoje excluídos do centro de decisão no Planalto, buscam pressionar o Executivo e abocanhar para si uma fatia um pouco maior do poder de decisão.

O substitutivo que o relator Bernardo Cabral (PMDB-MA) deveria apresentar hoje, e que foi adiado até

sexta —em nome, novamente, de negociatas e interesses imediatos— é objeto de barganha e discussões realizadas em todos os lugares, menos na sede do Congresso Nacional.

Mesmo os relatores-adjuntos (oficiais) do PMDB na Comissão de Sistematização —Fernando Henrique Cardoso, Wilson Martins, José Iganício Ferreira e Nelson Jobim— admitiram, sábado, que têm dúvidas sobre o conteúdo do novo substitutivo que deverá ser apresentado nos próximos dias por Cabral. A Comissão tem 93 integrantes. O plenário da Constituinte, 599. Se nem mesmo os que eram adjuntos da Sistematização sabem o que Cabral poderá propor —e se queixaram ontem de que julgam impossível trabalhar neste esquema com o relator—, é fácil imaginar o que acontecerá quando o substitutivo for apresentado. É fácil prever o toma-lá-dá-cá que certamente marcará as discussões em plenário, a multiplicação das negociatas fora do plenário, os conchavos, os pactos de

"amizade e honra" invocados e cobrados, a troca de favores acertada.

A prática daqueles que deveriam representar os interesses da nação acabou por descaracterizar a soberania do Congresso constituinte. Não se decide ali, e hoje todos sabem disso. O presidente, o primeiro, a invocar relações "de amizade e honra", estranhas ao funcionamento democrático e transparente das instituições, legítima uma prática estranha à democracia representativa. O Brasil terá uma Constituição resultado muito mais de conchavos e interesses casuísticos do que de qualquer outra coisa. Os direitos da cidadania, que deveriam transparecer num processo civilizado de elaboração da Constituição, continuarão sendo pisoteados e sem encontrar em qualquer partido político um porta-voz adequado. A modernidade ainda não chegou ao Brasil.

JOSÉ ARBEX, 30, jornalista, é editor-assistente de Política do Folhe.

FOLHA DE SÃO PAULO